

rev. hist. (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun., 2016
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.115719>

EM PLENA GUERRA: IMPrensa, CATOLICISMO E POLÍTICA NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Contato
Av. Pedroso de Morais, 144, apto. 702 – Pinheiros
05420-000 – São Paulo – SP
caguiaralmeida@gmail.com

Claudio Aguiar Almeida*

Universidade de São Paulo
São Paulo – São Paulo – Brasil

Resumo

Nas duas primeiras décadas do século XX, impedidos de criar um partido inspirado no Deutsche Zentrumspartei, os católicos de *Vozes de Petrópolis* e do Centro da Boa Imprensa investiram na criação de periódicos e instituições culturais que contribuíssem para a “recristianização” do Estado brasileiro. Este artigo aborda um momento decisivo do processo de construção desse projeto analisando, dentre outras fontes, a revista *Vozes de Petrópolis* e os ensaios *A caricatura na imprensa brasileira* e *Em plena guerra* de frei Pedro Sinzig.

Palavras-chave

Vozes de Petrópolis – Centro da Boa Imprensa – Igreja católica no Brasil República.

* Doutor pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Professor do Centro Universitário Unifieco (1994/2013) e do curso de Pós-graduação “História da Arte: teoria e crítica” da Faculdade Belas Artes de São Paulo (2013/2015).

AMIDST WAR: THE PRESS, CATHOLICISM AND POLITICS IN THE FIRST TWO DECADES OF THE TWENTIETH CENTURY

Contact
Av. Pedroso de Morais, 144, apto. 702 – Pinheiros
05420-000 – São Paulo – SP
caguiaralmeida@gmail.com

Claudio Aguiar Almeida

Universidade de São Paulo
São Paulo – São Paulo – Brasil

Abstract

In the first two decades of the 20th century, prevented from creating a party inspired in the Deutsche Zentrumspartei, the Catholics of *Vozes de Petrópolis* [*Voices of Petrópolis*] and of Centro da Boa Imprensa [Center of the Good Press] created periodicals and cultural institutions that would contribute to “re-Christianize” the Brazilian state. This article addresses a crucial moment of the construction of this project, analyzing, among other sources, the magazine *Vozes de Petrópolis* and friar Pedro Sinzig’s essays *A caricatura na imprensa brasileira* [*Caricature in the Brazilian press*] and *Em plena guerra* [*Amidst war*].

Keywords

Vozes de Petrópolis – Centro da Boa Imprensa – Catholic Church in the Brazilian Republic.

Assumindo o papado em 1846, Pio IX comandou a Igreja num dos períodos mais conturbados de sua história. A onda revolucionária de 1848 e a tentativa de estabelecimento da “República romana” precederam a perda de territórios pontifícios para a Itália. Em dezembro de 1864, reagindo a inimigos que vinham desafiá-lo em seu próprio território, Pio IX condenou os “principais erros do nosso século” na *Quanta Cura* e no *Syllabus*: separação entre Igreja e Estado, definição dos direitos da Igreja pela autoridade civil, submissão dos bispos à autoridade civil, autonomia das igrejas “nacionais” frente ao Vaticano e ao papa, cassação da imunidade do clero no pagamento de impostos e na prestação do serviço militar, comunismo, socialismo, ensino laico, concessão de liberdade de ação para “sociedades secretas” (maçonaria), confisco dos bens eclesiásticos pelo Estado, afirmação da “razão humana” como “único juiz do verdadeiro e do falso”, concessão da liberdade de culto a outras “seitas” e igrejas que não a católica, equiparação do catolicismo ao protestantismo, divórcio, casamento civil, legitimidade de “violação de qualquer santíssimo juramento” em função do interesse da pátria etc.¹ Amplificada pela *Quanta Cura* e pelo *Syllabus*, a tensão entre a Santa Sé e os estados que questionavam sua autoridade atingiu o seu ápice em setembro de 1870, quando, dois meses antes da interrupção dos trabalhos pela invasão de Roma por tropas italianas, o Concílio Vaticano I afirmou o dogma da infalibilidade papal.

O acirramento dos conflitos entre o Império brasileiro e a Igreja durante a chamada *Questão religiosa* deve ser analisado dentro desse quadro geral.² Nomeado bispo de Olinda, dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira era considerado como partidário do ultramontanismo pelos membros da maçonaria que resolveram testá-lo, anunciando a celebração de uma missa em homenagem a uma loja maçônica. A proibição de que o clero participasse do culto, seguida da ordem da abjuração da maçonaria pelos padres e membros das irmandades e da interdição de uma irmandade que havia se recusado a obedecer ao bispo, colocaram dom Vital em confronto aberto com a sociedade que apelou ao governo. Em 1874, recusando-se a rever suas decisões, como lhes ordenava o imperador, dom Vital e dom Antônio de Ma-

¹ Pio XI. Encíclica *Quanta Cura* y *Syllabus*. Disponível em: <http://www.filosofia.org/mfa/far864a.htm>. Acesso em: 02/01/2011.

² BRUENAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974, p. 58/59.

cedo Costa (bispo do Pará que havia se solidarizado com o bispo de Olinda) foram presos e condenados a quatro anos de cárcere e trabalhos forçados.³

A *Questão religiosa* alertou para a necessidade de uma mudança no regime do padroado que parecia não atender mais aos interesses do Estado e da Igreja, revelando o desejo por mudanças que conferissem ao clero brasileiro uma maior liberdade de ação sob a liderança do Vaticano.⁴ Ao mesmo tempo em que pareciam demonstrar que o Estado continuava mantendo seu controle sobre a Igreja, as penas impostas a dom Vital e dom Macedo Costa evidenciavam o esgarçamento de laços que foram finalmente rompidos quando do estabelecimento da República. Esta, no entanto, foi interpretada “como uma salvação e uma ameaça”⁵ pelos católicos brasileiros: ao mesmo tempo em que conferia a liberdade que lhes permitiria investir em sua reestruturação de forma mais autônoma, a separação do Estado privava a Igreja dos direitos e privilégios que ela usufruía até então. Pressionada pela República, a Igreja buscou reorganizar-se criando novos seminários, escolas, dioceses e arquidioceses; renovando conventos e mosteiros e editando revistas e jornais, num esforço que contou com o apoio do Vaticano que patrocinou a transferência de um grande número de sacerdotes estrangeiros para o Brasil.⁶

Na ótica de diversos historiadores que se debruçaram sobre o período, a reestruturação da Igreja católica no período subsequente à instituição da República teria se realizado sobre bases frágeis. Embora reconheçam aspectos positivos do processo, Sérgio Lobo de Moura e José Maria Gouvêa de Almeida destacam que:

³ As penas seriam comutadas para simples prisão e, finalmente, anistia. Sobre a questão religiosa consultar FRAGOSO. A Igreja na formação do Estado liberal. In: BEOZZO, José Oscar (org.). *História geral da Igreja no Brasil*, tomo II, vol. 2. Petrópolis: Vozes/Paulinas, 1992, p. 186/192.

⁴ Essa era a perspectiva de dom Macedo Costa que, em plena “Questão religiosa”, fez uma leitura muito otimista da sua prisão: “Oh, bem-aventuradas cadeias que darão, de si, a liberdade da Igreja do Brasil! Bem-aventuradas as opressões e injustiças que estão despertando em tantas almas o fervor que andava tão amortecido das verdadeiras crenças católicas! O que parece por de sol é uma aurora! A cruz nua do Calvário está anunciando uma ressurreição, ruja a tormenta embora, cerre-se a noite sobre este triste mundo que parece querer voltar ao paganismo! Faróis estão acesos na costa toda iluminada!” COSTA, dom Macedo, apud SINZIG, Pedro. O jubileu da República. Mimeo. Arquivo Pedro Sinzig, caixa 3.4.118.35.

⁵ MOURA, Sérgio Lobo de & ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Bóris (org.). *O Brasil republicano: Sociedade e instituições (1889/1930)*, tomo III, vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 323 a 329. (Coleção HGCB)

⁶ Sobre essa expansão no período 1890/1930, consultar MICELI, Sérgio. *A elite eclesial brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

Este clima tinha (...) algo de ilusório. O clero se apresentava numeroso devido a um forte contingente de padres estrangeiros, e as vocações não progrediam num ritmo correspondente ao crescimento da população. Havia, sobretudo, um marasmo e uma tendência à rotina, que emperravam a atividade pastoral e missionária da Igreja, prejudicando a vitalidade de sua presença na sociedade (...). O elevado número de padres estrangeiros não é de molde a favorecer uma superação da distância (...) entre as camadas populares e o clero. Os movimentos de renovação que, a partir da Europa, começam timidamente a penetrar no país durante a década de 20 (apostolado leigo, movimento bíblico, movimento litúrgico) começarão a dar seus frutos nas décadas seguintes, sobretudo nos centros urbanos.⁷

Na perspectiva dos autores citados, pensada como uma estratégia capaz de reforçar a organização e aumentar a influência da Igreja, a introdução de sacerdotes estrangeiros teria aprofundado a cunha entre as “camadas populares e o clero” no Brasil. Em “A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização”, José Oscar Beozzo retoma esse tema, destacando que, dada a incapacidade do clero em dialogar com o povo, “as reclamações da igreja contra o Estado” adquiriam “um caráter mais retórico do que real”.

Só na década de 20, as questões até então agitadas pelo aparelho eclesiástico ganham a opinião pública, através do grupo de intelectuais católicos que fazem suas as causas da Igreja hierárquica (...). Duas figuras são centrais nesse novo processo: o convertido Jackson de Figueiredo e o então arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme.⁸

Deixando de contar com o apoio financeiro e institucional do Estado e sufocada pela presença de clérigos “estrangeiros” que aprofundavam o fosso que a separava do povo, a Igreja católica no Brasil só teria iniciado um processo efetivo de reestruturação nos anos 1920, sob a liderança de dom Sebastião Leme. Defendida em “artigos de síntese”, essa interpretação é endossada por obras que realizaram um mergulho mais profundo no tema. Identificando dom Sebastião Leme como o líder que “organizou e mobilizou setores da Igreja com a intenção de reconquistar uma posição legítima na vida pública”, Thomas C. Bruneau compartilha o diagnóstico de que o estreitamento das relações da Igreja “brasileira” com Roma e a maior presença de clérigos estrangeiros foram uma barreira à expansão da influência do catolicismo “uma vez que a orientação europeia frequentemente não se adequava

⁷ MOURA, Sérgio Lobo de & ALMEIDA, José Maria Gouvêa de., op. cit., p. 330/331.

⁸ BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Bóris (org.). *O Brasil republicano...*, op. cit., p. 280/281.

com a situação no Brasil”.⁹ De modo semelhante, embora reconheça que o “processo de recristianização da sociedade brasileira” tenha se iniciado “nos últimos anos do século XIX”, Scott Mainwaring afirma que “foi só nos anos 20 que o novo modelo de Igreja iria florescer”, atingindo seu “apogeu de 1930 a 1945, quando Getúlio Vargas era presidente”. Referindo-se especificamente aos católicos de Minas Gerais, o autor destaca que sua mobilização, nas duas primeiras décadas do século XX, teria antecipado “mudanças que iriam ocorrer em nível nacional, principalmente sob a liderança de dom Sebastião Leme e os líderes leigos do Centro Dom Vital”.¹⁰

A leitura dos autores citados evidencia como o êxito de dom Sebastião Leme em estabelecer uma nova aliança com o Estado lançou um véu sobre a ação de grupos que se destacaram no cenário religioso, cultural e político do Brasil nos primórdios da República. Discordando dessas interpretações, analisaremos como, nas duas primeiras décadas do século XX, sob a liderança do frade alemão Pedro Sinzig, *Vozes de Petrópolis* e o Centro da Boa Imprensa mobilizaram-se na criação de revistas, jornais e associações que, sustentando um malgrado partido, deveriam assegurar a “recristianização” do estado brasileiro.

A criação de *Vozes de Petrópolis* e do Centro da Boa Imprensa

Em sua primeira encíclica, datada de 9 de novembro de 1846, Pio IX dedicou grande atenção a um tema que seria retomado em diversos momentos do seu longo pontificado: o decaimento moral e religioso das sociedades decorrente da “liberdade abusiva de tudo pensar, de tudo dizer e de tudo imprimir”.¹¹ Condenadas pelo *Syllabus*, a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa continuaram ocupando um lugar privilegiado nas reflexões de Leão XIII que consagrou mais de quarenta documentos à análise desses “problemas”. Recuperando propostas que já haviam sido enunciadas por Pio IX, Leão XIII enfatizou a necessidade dos leigos se mobilizarem na “organização de sociedades dedicadas à publicação e difusão da *boa imprensa*” que se encarregariam de combater a ação deletéria da imprensa anticlerical. Segun-

⁹ BRUENAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974, p. 72/75.

¹⁰ MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1916/1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 42/46.

¹¹ Pio IX. *Qui Pluribus*, apud OLIVEIRA, C. J. Pinto de. *Information et propagande, responsabilités chrétiennes*. Paris: Editions du Cerf, 1968, p. 75.

do J. C. Pinto de Oliveira, sob o pontificado de Pio X “assistiremos ao amadurecimento e ao aprofundamento dessa ‘ação católica dos laicos’, na qual a atividade jornalística desempenhava um papel considerável”. Estimulados pelo papado e submetidos à autoridade dos bispos, caberia aos leigos organizar e sustentar a “boa imprensa” em seus respectivos países, estados ou dioceses.¹²

No Brasil, a necessidade de maior engajamento dos leigos foi reforçada pelo estabelecimento da República que, nos termos do decreto 119-A, deixava de sustentar a Igreja, desincumbindo-se de obrigações como o pagamento da cômputa aos membros do clero. Num momento em que a Igreja já não podia mais contar com “a proteção dos que governam”, os católicos deveriam protegê-la, “como filhos bem nascidos rodeiam afetuosos a mãe querida, quando a veem abandonada e na aflição”.¹³ A Pastoral Coletiva de 1900, por sua vez, abandona o tom “conciliador” da Pastoral de 1890 traçando um quadro bastante pessimista do país. Abalada pela falta de “respeito à autoridade”, dissolução da “harmonia nas famílias”, crise econômica, inclemência do tempo, “lutas de sangue”, “sedições frequentes”, “revoluções” e “multiplicação de homicídios, roubos, sacrilégios e outros crimes nefandos”, a sociedade brasileira deveria ser “salva” por uma ação intensa e coordenada de leigos que garantisse a “re Cristianização” do Estado.¹⁴ Superada uma fase de acomodação às regras estabelecidas pelo regime republicano, os católicos deveriam assumir uma postura mais ofensiva, entrenchando-se num campo em que seus inimigos gozavam de grande vantagem: a imprensa.

Publicado pela diocese de Niterói, em 1903, “Abusos e males da imprensa” reúne textos que evidenciam uma preocupação já exposta em documentos anteriores. Na carta pastoral que dá nome ao opúsculo, dom Eduardo Duarte Silva denuncia o perigo dos “maus jornais”, destacando a necessidade dos leigos se lançarem “com generoso entusiasmo no campo de batalha em defesa da fé combatida”, alistando-se “nas fileiras dos soldados da imprensa católica, escrevendo, imprimindo, promovendo, ajudando e propagando por toda a parte boas leituras e bons periódicos”.¹⁵ Afinado com o tom belicista de dom Eduardo, o texto “Cruzada a favor da imprensa!” diferencia a “im-

¹² OLIVEIRA, C. J. Pinto de. *Information et propagande, responsabilités chretiennes*. Paris: Editions du Cerf, 1968, p. 91.

¹³ Pastoral Coletiva de 1890. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p. 52.

¹⁴ Pastoral Coletiva de 1900. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*, op. cit., p. 60.

¹⁵ SILVA, dom Eduardo Duarte da. *Abusos e males da imprensa*. In: *Abusos e males da imprensa*. Niterói: Escola Typographia Salesiana, 1903, p. 17.

prensa má” da “imprensa boa”, estabelece um paralelo entre presente e passado (quando “a barbárie muçulmana ameaçou a civilização cristã”), exorta os católicos a se engajarem numa nova “cruzada” em prol da “boa imprensa” e destaca as barreiras que dificultavam o estabelecimento dessa última no Brasil: “a *ignorância*, a inércia e o egoísmo de muitos católicos” que se recusavam a fornecer os “meios *pecuniários*” para que a imprensa boa pudesse ter “uma existência *desafogada, independente, digna e larga*”.¹⁶ Incluído no opúsculo, o conto sobre um jovem promissor que, influenciado por más leituras, se transforma num criminoso, apresenta uma estratégia que se tornou corrente nas publicações do gênero: o uso da ficção como instrumento de denúncia dos males causados pela má imprensa.¹⁷

A luta pela organização da imprensa católica no Brasil não ficaria apenas no plano teórico. No mesmo momento em que “Abusos e males da imprensa” era publicado, frei Inácio Hinte, em Petrópolis,¹⁸ ultimava os preparativos que permitiriam a Typographia da Escola Gratuita São José dar início à publicação de livros. Franciscano de origem alemã, frei Inácio Hinte reformara uma velha Alauzet criando uma tipografia que, fortalecida pela aquisição de outras impressoras, passou a editar livros em 1904. Coube também a frei Inácio Hinte a iniciativa de criar, em 1907, uma revista católica de cultura que, por sugestão de frei Ambrósio Johanning, guardião do convento, recebeu o nome de *Vozes de Petrópolis*.¹⁹

Nascido na Alemanha, em 1876, frei Pedro Sinzig desempenhou papel fundamental no desenvolvimento de *Vozes de Petrópolis*. Seu envolvimento com a imprensa tivera início quando, ao assumir o cargo de guardião do Convento de Lages em janeiro de 1902, adotou uma nova estratégia de combate aos maçons locais: a “organização eleitoral” dos católicos através do jornal *Cruzeiro do Sul*. Assustada com a novidade, a maçonaria apelou ao presidente do Estado para que esse, exercendo pressão sobre o bispo diocesano, dom Duarte Leopoldo e Silva, encerrasse as atividades do periódico:

¹⁶ *Abusos e males da imprensa*. Niterói: Escola Typographia Salesiana, 1903, p. 73/74.

¹⁷ Os envenenadores. In: *Abusos e males da imprensa*. Niterói: Escola Typographia Salesiana, 1903, p. 48-64.

¹⁸ Petrópolis e Niterói faziam parte de uma mesma diocese. Petrópolis era a “antiga sede da diocese” que, nas palavras de Pedro Sinzig, “mesmo depois da mudança de residência episcopal para Niterói, continuou a ser o centro mais importante da vida católica”. SINZIG, Pedro. *Reminiscências dum frade*. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1925, p. 327.

¹⁹ ANDRADES, Marcelo Ferreira de. *Editora Vozes: 100 anos de história*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 15 a 21.

O Provincial, cujo predecessor traçara o programa do jornal por este fielmente seguido, viu-se obrigado pelas circunstâncias a pôr o Convento de Lages diante desta alternativa: – Ou nenhuma palavra mais sobre a política local, ou suspender a publicação. A resposta foi rápida e unânime de todos os religiosos: O primeiro seria trair a sociedade honesta; escolhamos o segundo. Dois longos artigos de explicação (...) no último número, a 29 de novembro de 1905, e deixou de existir o *Cruzeiro do Sul*.²⁰

Sinzig perdera uma batalha, mas não a guerra. Ensaçada em Lages, a proposta de mobilização eleitoral dos católicos através da imprensa foi retomada pelo franciscano em Petrópolis para onde foi transferido em fins de 1907. Tão logo chegou à cidade serrana, Sinzig assumiu a direção da Tipografia da Escola Gratuita São José e da revista *Vozes de Petrópolis* “que atravessavam dificuldades devido aos problemas de saúde de Frei Hugo Mense”.²¹ Numa diocese que lhe conferia maior visibilidade e poder de articulação, Sinzig estreitou laços com lideranças, como o mineiro Joaquim Furtado de Menezes, que também pretendiam organizar o eleitorado católico do país.

Em visita a Roma, no segundo semestre de 1908, ao discutir a situação do catolicismo no Brasil com o papa Pio X e o cardeal Vives y Tuto, Furtado de Menezes constatou que:

... o Cardeal conhecia melhor do que eu o que se estava passando no Brasil acerca da questão religiosa e ainda mais que ele sabia o que no futuro nos esperava. Assim, S. Eminência me disse: “saiba mais que a maçonaria vai realizar a partir de 14 de julho próximo, no Rio de Janeiro, um congresso nacional, para estabelecer um programa de descristianização do Brasil e que vai levantar para a eleição de março de 1910 a candidatura de um militar de alta patente do Exército Brasileiro à Presidência da República, para que, filiado à maçonaria, execute o programa assim traçado. Fica o Sr. [Furtado de Menezes] autorizado a comunicar tudo isso ao seu Arcebispo e outros católicos prudentes que possam concorrer para que se frustrasse esse plano.”²²

Ao retornar ao Brasil, Furtado de Menezes estabeleceu com o jornalista Felício dos Santos e dom Silvério Gomes Pimenta, bispo de Mariana, uma estratégia para a organização do eleitorado católico no Brasil: os católicos mineiros apoiariam candidatos de outras agremiações nas eleições de 30 de janeiro de 1909, fundando posteriormente um partido próprio que deveria

²⁰ SINZIG, Pedro. *Reminiscências dum frade*, op. cit., p. 256.

²¹ ANDRADES, Marcelo Ferreira de, op. cit., p. 32.

²² MENEZES, Furtado de, apud MENEZES, frei Alano Porto de. *Furtado de Menezes, servidor do pobre*. Uberaba: Editora Vitória, 1994, p. 78/79.

se organizar em âmbito nacional. O insucesso dos candidatos católicos no pleito de janeiro não desencorajou o grupo que, em 28 de fevereiro de 1909, divulgou o programa do Partido Regenerador.²³

Organizados pelo Partido Regenerador, os católicos uniram-se contra a candidatura de Hermes da Fonseca e de seu vice-presidente, Wenceslau Brás: o primeiro, oficial de alta patente e portador do 33º grau da maçonaria, encaixava-se perfeitamente no perfil do candidato “descristianizador” denunciado pelo cardeal Vives y Tuto, enquanto o último promovera a retirada de símbolos religiosos das escolas públicas quando assumira a presidência de Minas sucedendo Júlio Bueno Brandão.²⁴ A adesão dos católicos à “Campanha civilista”, no entanto, não foi imediata. Procurado por Ruy Barbosa, Furtado de Menezes condicionou seu apoio à aprovação do programa do Partido Regenerador, recebendo como resposta “uma coleção de antigas publicações” em que o líder civilista sustentava “ideias quase idênticas” às da agremiação. Com a aprovação de dom Silvério, Furtado de Menezes firmou um compromisso com os civilistas: o Partido Regenerador os apoiaria nas eleições à presidência e à vice-presidência da República, em 1 de março de 1910, mas se manteria neutro nas eleições à presidência e a vice-presidência do estado de Minas, em 7 de março. No entanto, contradizendo o acordo, “um importante grupo de civilistas do Estado” lançou as candidaturas de Manoel Thomas de Carvalho Brito e Joaquim Furtado de Menezes para os cargos de presidente e vice-presidente de Minas, gerando uma série de desentendimentos entre os católicos e seus aliados. Confirmadas as vitórias de Hermes da Fonseca e do Partido Republicano Mineiro, o presidente eleito buscou uma aproximação com dom Silvério garantindo-lhe que “nada faria contra a religião católica”. Somado aos desentendimentos gerados pela candidatura de Furtado de Menezes, o fechamento de um acordo entre dom Silvério e Hermes da Fonseca selou o destino do Partido Regenerador: alegando problemas de saúde, Furtado de Menezes renunciou à chefia da agremiação que teve sua curta trajetória encerrada.²⁵

²³ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Igreja e política no Brasil: do Partido Católico à L.E.C. (1874/1945)*. São Paulo: Loyola/Cepehib, 1983, p. 56 a 66.

²⁴ LIMA, Mario de. *O bom combate: subsídios para a história de 20 anos de Ação Católica em Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929, p. 57 a 73.

²⁵ MENEZES, frei Alano Porto de. *Furtado de Menezes, servidor do pobre*, op. cit., p. 86 a 94.

A fundação do Centro e da Liga da Boa Imprensa deve ser compreendida no bojo dessa ampla mobilização.²⁶ Segundo Pedro Sinzig, um primeiro esboço do projeto de criação das duas instituições teria sido delineado durante o Primeiro Congresso Católico da Diocese de Niterói, realizado em Petrópolis entre 27 e 29 de junho de 1909. Dada a relevância assumida pelo “problema” da imprensa nos debates, os católicos decidiram realizar o Congresso de Jornalistas Católicos que se dedicaria exclusivamente à questão. Antecipando-se ao encontro, Pedro Sinzig divulgou um conjunto de propostas no texto “Avante! Brasil católico”. Depois de denunciar as “condições materiais, mais ou menos precárias, dos jornais católicos, [que] muitas vezes não permitem à empresa pôr à testa um talento superior que saberá fazer valer suas ideias”, o franciscano indicou a solução para os problemas que impediam o desenvolvimento da imprensa católica no país: a organização de “um Centro na Capital Federal ou suas imediações” que imprima “à orientação de toda imprensa católica no Brasil o caráter de ação comum segura e enérgica”.²⁷ Com perfil semelhante ao de uma agência de notícias, esse “Centro” seria financiado por jornais católicos que lhe destinariam uma quantia mensal em troca de artigos e reportagens.

Contando com o incentivo e o apoio de clérigos e leigos,²⁸ a proposta de Pedro Sinzig tornou-se objeto de análise de uma “comissão provisória” a qual foi também delegada a tarefa de preparar o Congresso dos Jornalistas Católicos. Em novembro de 1909, os resultados desses trabalhos foram expostos no texto “Passo decisivo” em que Pedro Sinzig definiu o perfil do Centro da Boa Imprensa atribuindo-lhe as funções de:

- 1 – organizar em todo o país, e dirigir, a Liga da Boa Imprensa;
- 2 – fazer escrever, mediante contrato, por jornalistas exímios e especialistas, artigos de atualidade, sobre assuntos sociais, apologéticos etc.; folhetins, apreciações bio e bibliográficas, correspondências, parlamentares etc.; remetendo-os, na mesma data, aos jornais que para este fim concorrerem com a pequena contribuição mensal estabelecida;

²⁶ Essa vinculação é explicitada por Desidério Deschand que destaca a importância da imprensa para o sucesso do Partido Católico, bem como a necessidade de se apoiar a Liga e o Centro da Boa Imprensa. Ver DESCHAND, Desidério. *A situação atual da religião no Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910, p. 210 -229.

²⁷ SINZIG, Pedro. Avante! Brasil católico. *Vozes de Petrópolis*, julho de 1909 a junho de 1910, p. 255.

²⁸ Ver SINZIG, Pedro. Ação comum dos jornalistas católicos. *Vozes de Petrópolis*, julho de 1909 a junho de 1910, p. 397.

- 3 – servir de intermediário entre os ditos jornais e algumas agências (...).
- 4 – pedir e transmitir com urgência informações seguras de acontecimentos importantes, para defesa dos caluniados etc.; e contribuir o mais possível para a união de vistas nas questões do dia;
- 5 – manter relações com os secretariados das dioceses brasileiras;
- 6 – promover edições de bons romances, obras apologéticas e outros livros de sã literatura, originais e traduções;
- 7 – ajudar a fundação de bibliotecas populares e círculos de leitura, baseados em princípios cristãos, remetendo gratuitamente bons livros;
- 8 – contribuir na medida de suas forças para a fundação de novos jornais, para formação de bons jornalistas e escritores, e para socorro de jornalistas católicos caídos na indigência;
- 9 – promover congressos, reuniões, conferências, e publicações que visem à propaganda de seus fins;
- 10 – manter uma biblioteca onde se possa haurir todas as informações necessárias.²⁹

Ao mesmo tempo em que afirmava a submissão do Centro da Boa Imprensa à “autoridade diocesana do arcebispado do Rio de Janeiro”, “Passo decisivo” o definia como uma instituição laica e autônoma que assumiria total responsabilidade pelas opiniões veiculadas em suas publicações. Consoante com a necessidade de manutenção da autonomia do Centro da Boa Imprensa, o projeto de “Passo decisivo” se diferenciava do de “Avante Brasil católico” em outro ponto essencial: embora contasse com contribuições mensais dos jornais católicos, a instituição deveria ser sustentada pelas contribuições dos sócios da Liga da Boa Imprensa.³⁰

Considerando que as manifestações de apoio a “Passo decisivo” legitimavam sua proposta, Pedro Sinzig e os membros da “comissão preparatória” do Congresso de Jornalistas Católicos continuaram seu trabalho sob o

²⁹ SINZIG, Pedro. Passo decisivo. *Vozes de Petrópolis*, julho de 1909 a junho de 1910, p. 439 a 445.

³⁰ Estruturada em âmbito nacional, a Liga seria composta por “seções” de 20 a 50 membros que sustentariam o Centro com contribuições mensais de 200 a 500 réis.

pressuposto de que o Centro e a Liga da Boa Imprensa eram um fato dado.³¹ Realizado entre 31 de março e 3 de abril de 1910, o Congresso de Jornalistas Católicos foi marcado por críticas a Sinzig e à “comissão preparatória” que, sem uma discussão mais ampla, haviam definido o perfil do Centro da Boa Imprensa estabelecendo que o mesmo deveria concentrar os recursos “dispersos” em publicações católicas “regionais”. No debate que se instaurou, a estrutura hierárquica e centralizadora da Igreja foi destacada como argumento que justificava a tutela que deveria ser exercida pela nova instituição sobre os órgãos católicos do país.³² No entanto, embora copiasse a estrutura piramidal da hierarquia, o Centro da Boa Imprensa não deveria permanecer subordinado a ela. Na opinião de Pedro Sinzig, a autonomia do Centro da Boa Imprensa lhe garantiria maior liberdade na defesa dos interesses do catolicismo, preservando-o das pressões que teriam determinado o encerramento do Partido Regenerador. Durante a polêmica gerada pela proposta, Sinzig lembrou o exemplo do Centro Católico Alemão, destacando-o como um modelo para os brasileiros:

Foi uma celeuma. De um lado me atacavam, chegando até um, em aparte, a pôr em dúvida o meu caráter católico, de outro lado me animavam, em alta voz, a prosseguir e ficar firme em assunto absolutamente seguro. Citei, então, o célebre caso de Windthorst, em Colônia, na questão do Setenato,³³ em que Bismarck se dirigira ao papa para que este exercesse pressão sobre o Centro Alemão, em questão meramente política, pois tratava-se da lei militar. O papa viu-se na necessidade de satisfazer o desejo de Bismarck, mas Windthorst, sabendo disso (...) reafirmou os sentimentos de absoluta fidelidade de todos os alemães ao santo padre, que dizia não estarem em jogo numa questão meramente política, para a qual por isso reclamava toda liberdade. A lembrança deste fato impressionou todos quantos sabiam que o governo dum Estado brasileiro tinha seguido o sistema de Bismarck, infelizmente com melhor resultado do que este, aniquilando assim uma grande organização política muito prometedora.³⁴

Criado, em 1870, com o objetivo de defender os católicos da *Kulturkampf*, o Centro Católico Alemão construiu uma rede de órgãos de cultura e pro-

³¹ SINZIG, Pedro. Ação comum da imprensa católica – Congresso dos jornalistas. *Vozes de Petrópolis*, janeiro a junho de 1910, p. 646/647 e SINZIG, Pedro. Estatutos da Liga da Boa Imprensa. *Vozes de Petrópolis*, janeiro a junho de 1910, p. 663/664.

³² Ver FRANCISCO, dom. Centro e Liga da Boa Imprensa. *Vozes de Petrópolis*, janeiro a junho de 1910, p. 763.

³³ Projeto que definia o orçamento das forças militares alemãs por um período de sete anos.

³⁴ SINZIG, Pedro. *Reminiscências dum frade*. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1925, p. 344/345.

paganda que contribuíram para consolidá-lo como uma das mais poderosas forças políticas do país. Liderado por Windthorst, o Centro submetia-se “sem hesitar às decisões pontifícias em matéria eclesiástica (...) sem, no entanto, deixar de afirmar sua total independência do Vaticano em questões referentes à política temporal”.⁵⁵ Num momento em que Bismarck tentava diminuir a influência do Centro, negociando a revisão de leis adotadas durante a *Kulturkampf* com o próprio papa, a liderança de Windthorst foi determinante para que os católicos alemães, desafiando o sumo pontífice, se unissem aos liberais na recusa ao projeto que definia o orçamento de suas forças militares: em janeiro de 1887, mesmo advertido que Leão XIII “desejava” ver o *Setenato* aprovado, o Centro manteve sua oposição ao projeto. Na opinião de Pedro Sinzig, o caso alemão deveria ser tomado como exemplo pelos católicos brasileiros. A interrupção do trabalho que iniciara em Lages (com o fechamento do periódico *Cruzeiro do Sul*) e a malograda tentativa de organizar o Partido Regenerador evidenciavam o perigo da submissão absoluta das organizações católicas à autoridade episcopal, indicando que a Liga e o Centro da Boa Imprensa deveriam gozar de independência frente à hierarquia: autonomia que interessava também aos bispos, uma vez que as retaliações e campanhas dos adversários do catolicismo se desviariam das autoridades eclesiásticas concentrando-se sobre a instituição formada majoritariamente por leigos. Impedidos de criar sua versão do Centro Católico Alemão, os brasileiros deveriam fundar, através do Centro da Boa Imprensa, as editoras, jornais, revistas, agências noticiosas e bibliotecas que preparariam o terreno para a agremiação.

Documentos pesquisados por Edgar da Silva Gomes no Arquivo Segreto Vaticano evidenciam que a Santa Sé acompanhava a mobilização dos católicos brasileiros com grande interesse. Datada de 11 de agosto de 1910, uma carta do núncio Alessandro Bavona ao secretário de estado Merry del Val faz uma avaliação pessimista do Congresso da Boa Imprensa prevendo que suas resoluções, embora aprovadas, não receberiam o necessário “apoio eclesiástico”.⁵⁶ O relatório *La Stampa Cattolica nel Brasile*, por sua vez, elenca

⁵⁵ ROVAN, Joseph. *Le catholicisme politique en Allemagne*. Paris: Éditions du Seuil, 1956, p. 116. Sobre a organização da rede de instituições de cultura e propaganda que davam sustentação ao partido consultar: DALTON, Margaret Stieg. *Catholicism, popular culture, and the arts in Germany: 1880/1933*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.

⁵⁶ Carta de Alessandro Bavona a Merry del Val, apud GOMES, Edgar da Silva. *O catolicismo nas tramas do poder: a estadualização diocesana na Primeira República (1889/1930)*. Tese de doutoramento em História, PUC, São Paulo, 2012, p. 245-247.

dados que ajudam a corroborar o diagnóstico anteriormente apresentado. Sem assumir a autoria do texto, seu autor faz críticas contundentes ao clero brasileiro que, a começar pelo arcebispo do Rio de Janeiro, conferia pouca atenção à imprensa católica.

O Exmo. Cardeal Joaquim Arcoverde gasta centenas de milhares de libras (sic) para engrandecer a torre da catedral, mas pouco faz em favor dos periódicos católicos. Durante sua administração diversos jornais católicos, a maior parte deles geridos por leigos ferrosos, encerraram suas atividades, uma vez que não contavam com o auxílio moral nem material da Autoridade Eclesiástica.⁵⁷

Num país em que a maioria dos periódicos laicos adotava uma linha diferente ou francamente hostil à Igreja, os exemplos de periódicos católicos fechados em decorrência da falta de apoio dos bispos repetiam-se em várias dioceses. Sem poupar dom Girolano Thomé Silva (arcebispo de Salvador) e dom Ludovico Raimundo de Brito (arcebispo de Olinda), o relatório reserva suas críticas mais contundentes a dom Duarte Leopoldo e Silva:

O Arcebispo de São Paulo, Monsenhor Leopoldo Duarte (sic), gastou (...) um milhão numa nova catedral (...). Mas, a exceção de alguns hebdomadários administrados por leigos, quase não se veem publicações católicas na cidade. A diocese de São Paulo já possuiu um jornal verdadeiramente católico denominado São Paulo que, no entanto, foi vendido (não se sabe se para gerar dinheiro para as obras da nova catedral) a uma sociedade comercial e depois (...) transferido a uma sociedade anticlerical e maçônica. O mesmo arcebispo, quando era bispo de Curitiba, omitiu-se em relação ao fechamento de três jornais verdadeiramente católicos tendo, ao que parece, cooperado decisivamente para o fechamento de um deles: diante da promessa do Governo Civil de fornecer dinheiro para a criação da nova diocese de Santa Catarina,⁵⁸ o bispo agiu contra os interesses do

⁵⁷ La Stampa Cattolica nel Brasile apud GOMES, Edgar da Silva. *O catolicismo nas tramas do poder: a estadualização diocesana na Primeira República (1889/1930)*. Tese de doutoramento em História, PUC, São Paulo, 2012, p. 255.

⁵⁸ Como já havíamos destacado anteriormente, liberta das amarras que tolhiam seu desenvolvimento durante o Império, a Igreja ganhou liberdade para criar novas dioceses e arquidioceses com a República. Cabe destacar, no entanto, que, ao mesmo tempo em que contribuía para sua reorganização, a criação dessas novas dioceses gerava um volume significativo de despesas que “obrigavam” os bispos, malgrado as interdições ao uso do dinheiro público para o custeio de atividades religiosas previstas pela Constituição de 1891, a recorrer às autoridades republicanas. Segundo Edgar da Silva Gomes, as solicitações para a criação de novas dioceses eram obrigatoriamente acompanhadas de “um plano detalhado com mapa do território onde seria instalada, além da documentação e do demonstrativo de capacidade de dotação patrimonial para a compra de um imóvel para instalação do Palácio Episcopal e o sustento do bispo nos primeiros [anos] na diocese. (...) Essa situação foi tratada com bastante pragmatismo pela

jornal, não porque esse estivesse em contradição com a doutrina católica, mas porque o encerramento de suas atividades atendia aos interesses do referido governo.³⁹

Carecendo de um apoio mais efetivo dos bispos brasileiros, *Vozes de Petrópolis* e o Centro da Boa Imprensa buscaram auxílio no exterior. Dias antes da realização do Congresso de Jornalistas Católicos, Pedro Sinzig foi comunicado que deveria partir à Europa “para tratar das questões da Província e conhecer melhor as organizações da imprensa alemã”.⁴⁰ Na Alemanha, Holanda e Roma, onde teve uma audiência com o papa Pio X,⁴¹ Sinzig recolheu doações que lhe permitiram adquirir uma impressora Windsbraut e outros equipamentos para *Vozes de Petrópolis* e para o Centro da Boa Imprensa.⁴² Informado do estabelecimento da República portuguesa em sua viagem de retorno ao Brasil, Pedro Sinzig fez questão de desembarcar em Lisboa para testemunhar o evento numa das escalas do navio. Tão logo o vapor atracou no Rio de Janeiro, o franciscano foi cercado por correligionários que, mais do que saudar o amigo, queriam protegê-lo de grupos anticlericais que haviam se dirigido ao porto com o objetivo de impedir o desembarque de “jesuítas portugueses” supostamente trazidos pela embarcação.

Secretaria de Estado do Vaticano. Nenhum dos documentos pesquisados concedeu qualquer desconto para emissão das bulas de ereção de uma diocese, ou para a nomeação de um bispo”. GOMES, Edgar da Silva. *O catolicismo nas tramas do poder...*, op. cit., p. 315.

³⁹ La Stampa Cattolica nel Brasile apud GOMES, Edgar da Silva. *O catolicismo nas tramas do poder...*, op. cit., p. 253 a 257.

⁴⁰ SINZIG, Pedro, *Reminiscências dum frade*, op. cit., p. 346.

⁴¹ Na ocasião, Pio X manifestou seu apoio às iniciativas do franciscano: “... eu o felicito por tudo que tem feito na imprensa, pelos seus livros, pelos seus artigos nos jornais. Dou-lhe minha benção e estendo-a a todos os seus colaboradores e auxiliares. Quero que continue a escrever e a trabalhar na imprensa. Há necessidade, não só de vidas de Santos e de livros ascéticos, mas também de bons jornais, pois são estes o único sermão para muitos e muitos que, sem eles, jamais ouviriam uma pratica...” apud SINZIG, Pedro. *Reminiscências dum frade*, op. cit., p. 405.

⁴² É importante destacar que, embora afirmassem sua independência, *Vozes de Petrópolis* e o Centro da Boa Imprensa caracterizavam-se por uma verdadeira xipofagia. Pedro Sinzig abordou, de maneira irônica, essa íntima relação entre as duas instituições num artigo que descrevia uma visita de Francisco de Lins, um dos vários pseudônimos do franciscano nascido em Linz, às *Vozes de Petrópolis*: “- E o Centro da Boa Imprensa, Frei Candido, não está aqui também?/ Com sua franqueza espontânea e natural, que ninguém pode levar a mal, ele me respondeu:/ - Ah! Sr. Lins, o Sr. devia saber-lo! O Centro da Boa Imprensa não tem nada que ver com as *Vozes*. Todos nós gostamos do Centro, mas este é completamente independente. Se quiser, vou levá-lo até lá./ - É perto?/ - Um minuto daqui. Somos quase que vizinhos, separados unicamente pela nossa Escola Gratuita São José” LINS, Francisco de. No laboratório das *Vozes*. *Vozes de Petrópolis*, janeiro a junho de 1916, p. 18.

Revigorado pelo sucesso de sua missão na Europa, Pedro Sinzig desdobrou-se em inúmeras atividades: montagem dos novos equipamentos gráficos, construção de dependências para abrigá-los, elaboração de artigos para *Vozes de Petrópolis* (que, a partir de julho de 1911, passou de mensal a quinzenal),⁴⁵ produção de ensaios (*A caricatura na imprensa brasileira* e *Em plena guerra*) e “romances contemporâneos” (*Não desanimar* e *Pela mão de uma menina*).⁴⁴ Elevando-se ao final da presidência de Nilo Peçanha, a oposição dos católicos à República recrudescceu com a posse de Hermes da Fonseca, a Revolta da Chibata, o levante dos fuzileiros navais na Ilha das Cobras e o Caso do Saté-lite:⁴⁵ episódios que, interpretados como sintomas da obtusidade do regime que ousara separar o Estado da Igreja, deram novo fôlego à proposta de “organização eleitoral” dos católicos. Assinado por Rubim, o artigo “O Brasil católico surgindo!” recupera momentos desse debate, expondo a verdadeira identidade do seu autor:

Quando, há alguns anos, pugnamos numa folha catarinense pelo cumprimento do dever eleitoral dos católicos para que, ao darem seu voto, não “perdessem de vista os direitos sagrados de Deus e da sua Igreja”, tais foram a celeuma levantada e as perseguições movidas, que *O Cruzeiro do Sul*, folha abençoada pelo pranteado Dom José, teve que suspender sua publicação. Felizmente que agora se levantam defensores mais autorizados e mais valentes: é o Episcopado brasileiro que, reunido em São Paulo, se digna pôr mãos à obra, sob cujo peso simples soldados não podiam deixar de sucumbir.⁴⁶

Sob um dos diversos pseudônimos que adotou em *Vozes de Petrópolis*, Pedro Sinzig lembra sua tentativa de organizar eleitoralmente os católicos na cidade de Lages. Ensaíada pelo franciscano em 1905, a proposta voltara a ser debatida nas Conferências Episcopais do Sul realizadas, em 1910, na cidade de São Paulo.⁴⁷ Citando a entrevista de um dos seus participantes, dom Alberto Gonçalves, “Rubim” elenca as principais decisões do encontro em que os bispos manifestaram sua disposição em colaborar com o estado

⁴⁵ Ver SINZIG, Pedro. *Reminiscências dum frade*, op. cit., p. 450; *As Vozes de Petrópolis* ainda mais baratas? Sim! *Vozes de Petrópolis*, segundo semestre de 1911, p. 779 e ANDRADES, Marcelo Ferreira (coord.). *Editora Vozes: 100 anos de história*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 36/37.

⁴⁴ Sobre a produção de “romances contemporâneos” por Pedro Sinzig consultar: ALMEIDA, Claudio A. O “romance contemporâneo” na recristianização do estado brasileiro: *Não desanimar!* de Pedro Sinzig. *Topoi*, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 16, n. 30, janeiro a junho de 2015, p. 55–77.

⁴⁵ Sobre esses episódios consultar NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A revolta da chibata e seu centenário*. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/1.perseu5.nascimento.chibata.pdf>

⁴⁶ RUBIM. O Brasil católico surgindo. *Vozes de Petrópolis*, janeiro a junho de 1911, p. 654.

⁴⁷ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo, op. cit., p. 15.

na manutenção da ordem, descartaram a organização de um partido próprio e declararam sua disposição de “esclarecer” os fiéis que, excetuando-se os assuntos diretamente relacionados à Igreja, teriam liberdade para se filiar e votar em “qualquer partido”.

Apesar de todas as calúnias e infâmias levantadas contra o clero, nas galerias de criminosos conservadas nas repartições policiais não se encontra a fotografia de nenhum de seus membros. As revoltas e as dificuldades com que têm lutado os governos não foram promovidas pelos padres nem pelos católicos declarados, mas justamente por aqueles que andam sempre a fazer praça e ostentação de patriotismo e que procuram tornar o clero suspeito à República.

Vê, pois, que os governos que se mantiverem dentro dos preceitos constitucionais nada devem temer dos católicos; antes, podem contar com a sua simpatia e seu apoio. Concluindo, repito, não pretendem os Bispos organizar partido político, mas tão somente esclarecer as consciências católicas no exercício do direito de voto. Ninguém de boa fé poderá deixar de reconhecer que eles procuram cumprir seu rigoroso dever.

É certo que os resultados não serão colhidos de pronto, mas será iniciada essa obra patriótica e religiosa; e é de esperar que, em futuro não muito remoto, os católicos mostrarão sua coesão e obediência à voz dos seus pastores, e não assistirão mais ao triste espetáculo de verem representantes eleitos com seus votos discursando e apresentando projetos ofensivos à sua crença.⁴⁸

Desgastado por uma das mais acirradas campanhas eleitorais da história brasileira e por rebeliões que o obrigavam a governar sob estado de sítio, Hermes da Fonseca poderia ter a Igreja como uma de suas maiores aliadas. Cabia, no entanto, lembrar que a prudência que dera o tom às Conferências Episcopais do Sul não devia ser interpretada como uma demonstração de fraqueza uma vez que, contando agora com o Centro da Boa Imprensa, a hierarquia não descuidaria do “rigoroso dever” de “esclarecer as consciências católicas no exercício do voto”.

A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social

Publicado em 1911, *A caricatura na imprensa brasileira* é apresentado como produto da Tipografia das Vozes de Petrópolis, marca que, substituindo a Tipografia da Escola Gratuita São José, procurava evidenciar a nova fase da

⁴⁸ RUBIM. O Brasil católico surgindo. *Vozes de Petrópolis*, janeiro a junho de 1911, p. 654.

editora. Imaginando a surpresa causada pelo interesse de um sacerdote por tema aparentemente tão mundano, Pedro Sinzig se apressa em destacar o principal objetivo da obra: trazer “algum subsídio para a facilitação do juízo sobre a conveniência ou a inconveniência da leitura das atuais revistas caricatas”. Embora não quisesse ser “injusto com os *artistas dos calungas*” e reconhecesse a importância do seu trabalho, o franciscano não podia fugir ao dever de denunciar sua subversão por alguns “senhores do lápis (...) que, mais de uma vez, fizeram nascer seus desenhos não ‘de uma gargalhada’, mas de um preconcebido espírito contrário à religião, contrário à autoridade, contrário ao próximo”.⁴⁹ Depois de traçar uma breve história da caricatura, em “Notas gerais”, Pedro Sinzig analisa seu papel a partir de eixos que estruturam os diversos capítulos da obra: “Política”, “Administração”, “A polícia e o tribunal”, “Vida social”, “A questão social”, “A religião”, “Corolários e considerações” e “Um caricaturista sobre a arte dos calungas”. Retomando um dos temas que vinham pautando sua agenda, Sinzig denuncia como, desde o Império, os caricaturistas ridicularizavam as tentativas de estabelecimento de um partido católico no país:

Ângelo Agostini representava os partidos adversários do Império por cavaleiros ágeis e valentes – só o partido católico era “o desastrado e lerdo...” Na *Semana Ilustrada* nº 6, de 1860,⁵⁰ vê-se uma caricatura sob a epígrafe “Grande steeple chase eleitoral”. O partido liberal, cavalgando elegante ginete, salta vitoriosamente o obstáculo representado por uma cerca (o governo). O católico, figurado por um Bispo que monta uma pobre mula trôpega, coitado, como saltá-la também?

Complementando o quadro em que se satiriza a derrota dos católicos, o desenhista apresenta assistentes entusiasmados a baterem palmas ao vencedor liberal, foguetes a estrelajarem e a ribombarem festivos, numa barulheira terrível de vaia contra o partido vencido nas urnas (seria nas urnas mesmo?).⁵¹

Caricaturando a caricatura, Sinzig ironiza a vitória “nas urnas” dos liberais. Presentes desde o Império, as fraudes eleitorais teriam se tornado mais frequentes durante a República, convertendo-se em tema privilegiado dos caricaturistas que não perdiam oportunidade de denunciar essas e outras mazelas do nosso sistema político:

⁴⁹ SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1911, p. 3 a 5.

⁵⁰ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=702951&pagfis=41&pesq=%20> p.8.

⁵¹ SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira*, op. cit., p. 22.

A chuva torrencial de pedidos feitos por seus eleitores aos “Pais da Pátria”, e pelos eternos caçadores de empregos e sinecuras, é assunto que os caricaturistas jamais deixam escapar (J. do Br. 4. V. 1908). Menos agradável para os representantes do povo são algumas charges, como uma de Julião Machado (J. do Br. 28. VI. 1900) que profligando a frequente ausência dos parlamentares às sessões, aconselha que se escolha o recinto da Câmara pra local preferível de *rendez-vous*, – o mais seguro contra visitas e surpresas em todo o Rio de Janeiro...

Ocasões há, porém, em que a Câmara parece que é o lugar menos próprio para esses tranquilos e solitários *rendez-vous*... Luiz o mostra, apresentando a Câmara como uma senhora que, com extremo prazer, deixa de sua mão caírem os pobres deputados que formam uma penca viva. E explicando mais claramente a grande frequência de deputados à Câmara em certa ocasião exclama: “Só mesmo o João Cândido poderia trazer tantos deputados ao recinto... Viva o João Cândido!” João Cândido fora chefe da revolta dos marinheiros, e os deputados acorriam à Câmara para votar a anistia em virtude da qual os revoltosos deporiam as armas.⁵²

Casa de tolerância em que os “representantes do povo” vergavam-se à barbárie anistiando marinheiros revoltados, o Parlamento brasileiro expunha o lado mais perverso de um simulacro de República onde o povo, “bestializado”, era um espectador passivo da tragicomédia encenada por suas elites.

Uma página forte e mordaz é a em que Raul (J. do Br. 8. II. 1911) narra as façanhas de um viajor inglês, que, em terra, no mar, no ar afrontou os maiores perigos, sem jamais se lhe desfalecer a coragem – nem mesmo quando, amarrado a um tronco, os negros selvagens lhe rasgavam a pele e as carnes. Nada houve que lhe fizesse perder a calma imperturbável... “Mas... (e aí o lápis de Raul desenha o bravo inglês fleumático disparando espavorido em carreira vertiginosa de fuga) mas... se me falam na Ilha das Cobras...” Seria difícil encontrar censura mais forte e eficaz ao caso da morte dos marinheiros vítimas de “insolação” nas masmorras daquela ilha, à qual haviam sido recolhidos como implicados nas revoltas de novembro de 1910.⁵³

A Revolta da Chibata, o levante da Ilha das Cobras e o Caso do Satélite expunham um dos problemas denunciados pelo papa Pio IX na *Quanta Cura*: “E, quando na sociedade civil é desterrada a religião e ainda repudiada a doutrina e a autoridade da mesma revelação, também se obscurece e até se perde a verdadeira ideia da justiça e do direito, em lugar da qual triunfam

⁵² Ibidem, p. 23.

⁵³ Ibidem, p. 29.

a força e a violência”.⁵⁴ Na perspectiva de Pedro Sinzig, esses episódios não eram só objeto, mas também produto da ação dos caricaturistas que, propagando o desrespeito ao “princípio da autoridade”, haviam criado um solo fértil para a germinação da desordem. Separadas da Igreja, única instituição que poderia guiar-lhe os passos, as elites republicanas eram incapazes de avaliar quão perigosas eram as caricaturas, cabendo então aos católicos a tarefa de combatê-las: “Oh! Contra o mau teatro só o bom; contra o cinema imoral, só o decente; contra a imprensa ímpia só a católica; contra a arte infame só a pura; contra as revistas ilustradas ao serviço do demônio, só as revistas ilustradas ao serviço de Deus”.⁵⁵

Exigindo a contratação de “bons artistas” e a aquisição de clichês, impressoras e papéis adequados “à boa impressão de gravuras”, a publicação de “revistas ilustradas ao serviço de Deus” poderia ser agora viabilizada com a entrada em operação dos equipamentos trazidos da Europa. Sob o comando de Pedro Sinzig, *Vozes de Petrópolis* e o Centro da Boa Imprensa criavam novas frentes de batalha contra os inimigos do catolicismo, levando sua “guerra” a um novo patamar.

Em plena guerra: cenas da atualidade

Escrito por Pedro Sinzig em 1912, *Em plena guerra: cenas da atualidade* marca um momento decisivo do combate entre os católicos e seus inimigos da má imprensa. Somadas às tensões analisadas em parágrafos anteriores, a polêmica gerada pela venda do Convento da Ajuda à Cia. Light & Power,⁵⁶ a interrupção do pagamento de soldo à imagem de santo Antônio,⁵⁷ e a tentativa de desapropriação do seu convento no Rio de Janeiro,⁵⁸ nos ajudam a

⁵⁴ Pio X. *Quanta Cura*. Disponível em: <http://www.paroquias.org/documentos/index.php?vse=c=ENC&vid=27>. Acesso em: 08/12/2010.

⁵⁵ SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira*, op. cit., p. 104.

⁵⁶ O convento foi vendido à Cia. Light & Power que demoliu suas instalações em fins de 1911. Vide DUNLOP, C. J. apud HALLEY e Ana Cristina. O convento da Ajuda, por Dunlop. Disponível em: <http://rememorarte.blog.br/?p=2201>. Acesso em: 13/12/2010.

⁵⁷ Como em Portugal, também no Brasil as imagens de santo Antônio gozavam de um status militar, fazendo jus a um soldo que era destinado às suas igrejas. O pagamento do soldo à imagem do Convento de Santo Antônio foi interrompido em abril de 1911. RÖWER, frei Basílio. *O convento Santo Antônio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 262 a 267.

⁵⁸ A tentativa de desapropriação do Convento de Santo Antônio ocorreu em 4 de setembro de 1911. Iniciou-se uma batalha jurídica que só chegou ao seu término em julho de 1918, com uma decisão do Supremo Tribunal Federal favorável aos franciscanos. RÖWER, frei Basílio. *O convento Santo Antônio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

compreender o tom belicista que se expressa já no título da obra. Na opinião de Pedro Sinzig, mais do que evidenciar sua força, a mobilização dos católicos contra as ofensas à Igreja expunha uma de suas maiores fraquezas: a debilidade da “boa imprensa” que não contava com o apoio dos leigos e, sobretudo, dos clérigos que deveriam sustentá-la. Avaliando os elementos dispostos nessa arena, Pedro Sinzig destaca a grande vantagem dos “inimigos do catolicismo”: um pregador, no púlpito, se dirige a um número fixo de fiéis que deixarão de ouvir suas palavras tão logo ele encerre a sua prédica. “O pregador judeu”, ao contrário, ao

falar no púlpito moderno, a imprensa, (...) tem auditório mais vasto. O jornal sabe insinuar-se a bons e maus; vai de lugar em lugar, de casa em casa, de mão em mão. Sua palavra ecoa muito mais longe (...); é ouvido por aqueles que nunca põem os pés na igreja; é a arma mais terrível de corrupção, quando podia e devia ser arma em prol da boa causa!⁵⁹

Dotada de força muito superior a da palavra falada, a palavra impressa exercia papel fundamental na formação da “opinião pública” que era “feita”, “transformada” e “guiada” pelos interesses dos editores e proprietários de jornais. Tema recorrente em *Vozes de Petrópolis*, o debate sobre a manipulação da “opinião pública” pelas “agências telegráficas” assume no *Em plena guerra* um tom mais radical. Para ilustrar o problema, Pedro Sinzig recorre a uma charge que já havia sido objeto de sua atenção em *A caricatura na imprensa brasileira*: uma série de cinco “quadros” em que Raul Pederneiras brinca com as expressões de um cidadão que lê diferentes versões sobre um acidente ferroviário. Apresentada em *A caricatura na imprensa brasileira* com o intuito de “patentear” a “leviandade, e por vezes, a malícia, com que na sala de redação são forjados os telegramas para determinados fins políticos (e) antireligiosos”,⁶⁰ a charge é recuperada no *Em plena guerra* como sintoma da nefasta manipulação da opinião pública por judeus e maçons.

Com o intuito de rebater as “calúnias” divulgadas e alimentadas pelas agências telegráficas, Pedro Sinzig analisa charges publicadas em *O Malho* e outras “revistas ilustradas”. Uma mulher com barrete frígido, alegoria da República portuguesa, puxa a descarga de uma latrina, despejando bispos, jesuítas e freiras (uma delas carregando um bebê) nos “Esgotos da moralidade”.⁶¹ Referindo-se à cobrança de espórtulas para a visitaçõ do Convento

⁵⁹ SINZIG, Pedro. *Em plena guerra: scenas da actualidade*. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1912, p. 7.

⁶⁰ SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira...*, op. cit., p. 39.

⁶¹ Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/revista.asp?rev=422&ano=1910> p. 34.

da Ajuda, que seria demolido por seu novo proprietário, uma charge nos mostra uma freira, quase tão gorda quanto a porca identificada como “Convento da Ajuda”, recolhendo moedas que parecem cair do céu. Portando um estandarte no qual se lê “Fradecalhada estrangeira”, jesuítas “expulsos de Portugal” correm para o Convento de Santo Antônio que, numa referência à sua tentativa de desapropriação, teria sido tomado “antes que uma nova invasão desses amigos da boa vida viesse povoar totalmente aquela casa, convertendo-a num *cortiço inexpugnável*”.⁶²

Citando Antônio Felício dos Santos, Sinzig denuncia a venalidade dos jornais brasileiros que garantiam sua sobrevivência “explorando o governo ou sindicatos políticos e industriais, direta ou indiretamente”. Delineado no Império, esse perfil fora consolidado pelos próceres da República que, “precisando da defesa dos seus atos”, investiram na publicação de jornais que se multiplicaram numa escala muito superior à do público leitor. A defesa de interesses particulares, somada às disputas pela tutela de um público reduzido, teriam sido determinantes para a definição da pauta dos jornais brasileiros: exploração de “escândalos”, prática de “chantagem” e divulgação de “porcaria”.⁶³ Esse quadro pessimista tornava-se ainda mais negativo quando inserido num contexto mais abrangente que considerava a hegemonia exercida pelos judeus no campo da imprensa: objeto principal do tópico “O Estado Maior israelita”. Citando Houston Stewart Chamberlain, Sinzig enfatiza o caráter perverso do povo que, em função do seu “ódio” contra o “Crucificado”, ainda se recusava a “pronunciar, de boca ou por escrito, o nome de Cristo, substituindo-o por ‘bastardo, filho de prostituta, o enforcado, Bileam, cão louco, filho da volúpia etc.’”.⁶⁴ Movidos por interesses pecuniários, os judeus usavam a imprensa para manipular os mercados, interferir nas relações entre países, determinar o que era bom e mau no mundo da cultura e das artes, encobrir seus crimes e destruir a reputação dos que ousassem denunciá-los:

A imprensa, nas mãos dos judeus, não é a luz dos povos, nem o amparo dos fracos: é um simples negócio com meios lícitos e ilícitos; é uma bajulação aos instintos baixos com o fim de ganhar (...).

Os judeus ainda hoje são os filhos daqueles israelitas sensuais na antiga Palestina, “em cuja história, por mais que nela remontemos, não escapamos nunca ao lodo que man-

⁶² SINZIG, Pedro. *Em plena guerra...*, op. cit., p. 34, 36 e 189.

⁶³ SINZIG, Pedro, *ibidem*, p. 38.

⁶⁴ SINZIG, Pedro, *ibidem*, p. 67/68.

cha o pé da lâmpada portadora da luz eterna” (Fritsch) São eles os principais agentes do vício, da devassidão na imprensa, como o são no lenocínio (...).

São eles que – haja vista o seu ódio a Cristo – caluniam o clero de todos os modos, para desviarem de si a atenção pública.⁶⁵

Desenvolvendo-se num ritmo crescente desde a década de 1870, as tensões entre Igreja e Estado elevaram-se, no início da década de 1910, a um novo patamar. Com seu tom virulento, *Em plena guerra* evidenciou a radicalização dos católicos que, reunidos sob o estandarte “Quem não está comigo, esta contra mim” (Mateus 12:30), haviam declarado guerra aberta aos “inimigos” do catolicismo. Essa mobilização, no entanto, era acompanhada com extrema apreensão por dom Sebastião Leme e outras lideranças que se mobilizaram para contê-la.

Pedro Sinzig x Sebastião Leme: duas estratégias para a recristianização do país

Nascido em Espírito Santo do Pinhal, em 20 de janeiro de 1882, Sebastião Leme de Oliveira Cintra ingressou no Seminário Diocesano de São Paulo no final de 1894. Aluno aplicado, Sebastião seguiu para Roma, em setembro de 1896, para dar continuidade a seus estudos no Colégio Pio Latino Americano. Em 1904, recebeu as “ordens maiores” participando, na condição de diácono, da cerimônia de sagração do bispo dom Duarte Leopoldo e Silva,⁶⁶ realizada no Colégio Pio Latino Americano em 22 de maio de 1904. Segundo sua biógrafa, Laurita Pessoa Raja Gabaglia: “Iniciou-se então uma dessas amizades raras que o tempo e a colaboração consagraram e que duram, intactas, até a morte. A admiração do diácono pelo bispo que, dentro de pouco tempo, seria seu superior em São Paulo, parece ter sido instantânea”.⁶⁷

Depois de receber sua ordenação sacerdotal, em outubro de 1904, Sebastião Leme retornou ao Brasil assumindo o cargo de segundo coadjutor da igreja matriz de Santa Cecília e, em 1906, a cadeira de professor de Filosofia e, logo depois, de Teologia no Seminário Episcopal de São Paulo. Pregador talentoso, o padre Leme destacou-se no campo da imprensa fundando o diário *Gazeta do Povo*: “folha católica” destinada a defender “a religião e a dignidade do clero”.

⁶⁵ SINZIG, Pedro, *ibidem*, p. 72.

⁶⁶ Dom Duarte foi indicado bispo de Curitiba em 10 de maio de 1904, tomando posse do cargo em 2 de outubro do mesmo ano.

⁶⁷ GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *O cardeal Leme*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962, p. 27.

A nomeação de dom Duarte Leopoldo e Silva como bispo de São Paulo, em fins de 1906, reaproximou-o de Sebastião Leme que, em 1908, foi nomeado diretor do *Boletim Eclesiástico* e, em 1910, provigário geral da diocese. Em setembro de 1910, a visita de Georges Clemenceau a São Paulo coincidiu com a realização da Conferência Episcopal na mesma cidade. Interpretada como uma afronta à Igreja, a realização de uma série de conferências pelo “célebre político anticlerical francês” foi respondida por uma ação organizada por Sebastião Leme: mobilizado pelo provigário geral, um grupo de católicos realizou uma passeata até “o Seminário Episcopal, onde, num coreto, o Cardeal Arcoverde e os Bispos receberam o preito de reverência da multidão”.

Segundo Laurita Gabaglia, o “êxito da manifestação popular ao Episcopado (...) e tudo que ouvira de D. Duarte e de outros a respeito do Provigário Geral paulista” teriam pesado na decisão do cardeal Arcoverde em escolher Sebastião Leme como seu bispo-auxiliar no Rio de Janeiro. Cumpridas as etapas preparatórias, Sebastião Leme assumiu o novo cargo em novembro de 1911. Antes mesmo de sua chegada ao Rio de Janeiro, no entanto, iniciaram-se as campanhas dos que se mostravam descontentes com a nomeação: os “murmuradores” dentre os quais, como veremos a seguir, se inseria o grupo liderado por Pedro Sinzig. A essas campanhas somaram-se também as divergências entre o cardeal Arcoverde, formado “na lei do respeito absoluto, para a qual a disciplina é o *nervo* de toda sociedade e muito especialmente da Igreja”, e Sebastião Leme, “homem de autoridade, como D. Joaquim, mas de autoridade exercida de maneira totalmente diversa, com calor e persuasão”. Em pouco tempo uma “sombra pesada de desconfiança e desagrado baixava sobre o espírito do Cardeal Arcoverde em relação a D. Leme” que “experimentava a extrema dificuldade de trabalhar [sob] as ordens de um chefe cujos processos de ação eram tantas vezes divergentes dos seus”.

Procurando ilustrar as dificuldades enfrentadas por Sebastião Leme, Laurita Raja Gabaglia cita os conflitos do bispo-auxiliar com Pedro Sinzig e seus aliados que, malgrado as decisões tomadas durante a Conferência Episcopal do Sul, continuavam a defender a criação de um Partido Católico.⁶⁸ Em fins de 1913, Felício dos Santos, Carlos de Laet e Plácido de Mello lideraram, no Rio de Janeiro, a criação do Centro Católico do Brasil: “núcleo organizador e diretor de um grande partido nacional” de caráter não confessional

⁶⁸ Ver MATTOSO, João. Única defesa eficaz. *Vozes de Petrópolis*, primeiro semestre de 1911, p. 561, JUMIREITA. Resenha parlamentar. *Vozes de Petrópolis*, julho a dezembro de 1911, p. 105/104 e LINS, Francisco de. Eleições auspiciosas. *Vozes de Petrópolis*, julho a dezembro de 1912, p. 822/825.

que, sem descartar a “colaboração do adversário em certas circunstâncias”, buscaria “imprimir ao catolicismo, na orientação política, a unidade essencial que ele tem na vida espiritual”.⁶⁹ Num texto propositalmente lacunar, Laurita Pessoa Raja Gabaglia aborda essa nova tentativa de fundação do partido católico que, somada aos ressentimentos anteriores, aprofundou a cunha entre o cardeal Arcoverde e seu bispo auxiliar. Procurado por Carlos de Laet que lhe solicitava a aprovação para a criação do novo partido, Sebastião Leme consultou o cardeal Arcoverde que teria declarado: “Não entro nisso, não digo nada. O Bispo Auxiliar faça saber que não aprovamos”. Insatisfeito com a resposta, o grupo dirigiu-se “diretamente ao Cardeal e este contentou-se em dizer-lhes: ‘Os senhores têm liberdade’, o que eles tomaram por uma espécie de aprovação”, dando continuidade aos trabalhos de organização do partido.

Nas vésperas das eleições, um repórter procurou o Cardeal Arcoverde que, ainda uma vez, se esquivou; “Eu não entro em política”, mas acrescentou: “Vá ao Bispo-Auxiliar”. Solicitado pelo repórter, D. Sebastião adiou de um dia a entrevista, a fim de consultar o seu superior sobre se devia ou não concedê-la. Este ordenou-lhe: “Quero que responda ao jornalista e lhe diga que não aprovamos o partido”. Às vésperas das eleições! D. Leme obedeceu, mas foi-lhe preciso realizar um pequeno prodígio de tato para que a entrevista fulminadora não ocasionasse tempestades.

É certo que D. Sebastião também julgava indesejável na época a fundação de um partido católico, mas, se fosse responsável, teria agido de outro modo: teria cortado pela raiz o empreendimento inoportuno, como faria posteriormente em relação a todas as veleidades desse gênero. Não se concebe que um partido “católico” se funde, com este nome e esta bandeira, sem a plena e franca aprovação da hierarquia. Ao invés disso, teve que assistir, impassível, à consumação de uma atitude que lastimava e, mais do que isso, por obediência, teve que prestar-lhe o concurso do seu nome.

Não poderíamos narrar todas as fases desse drama de almas. Os seus protagonistas – quase todos mortos hoje – lançaram sobre ele o véu da discrição eclesiástica e D. Sebastião mais do que qualquer outro.

Sabemos que foi muito doloroso. Aos poucos, e cada dia mais claramente, D. Sebastião convenceu-se de que não era mais persona grata ao Cardeal Arcoverde. O auxiliar

⁶⁹ O Centro Católico do Brasil, apud LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Igreja e política no Brasil: do Partido Católico à L.E.C. (1874/1945)*. São Paulo: Loyola/Cepehib, 1983, p. 82 a 84.

“indispensável” tornara-se companheiro indesejável. E por detrás do chefe mais e mais hostil, ativava-se, abertamente, a cabala de antigos e novos opositores.⁷⁰

Os defensores do Partido Católico haviam sido novamente vencidos. Destacando-se como uma das principais lideranças de *Vozes de Petrópolis* e do Centro da Boa Imprensa, Pedro Sinzig tinha seus projetos agora abortados por dom Sebastião Leme, pupilo de dom Duarte Leopoldo e Silva que, quando bispo da diocese de Curitiba, o impedira de dar continuidade ao trabalho de mobilização eleitoral dos católicos em Lages, através do jornal *O Cruzeiro do Sul*.

Recusando a proposta de fundação de um partido católico, dom Sebastião Leme acompanhava com atenção os projetos que lhe eram alternativos. A pastoral “Sobre a ação do clero desta Diocese nos tempos atuais” de João Baptista de Corrêa Nery lançou, em 1913, a semente de um projeto que seria, anos mais tarde, recuperado: a Liga Eleitoral Católica.

Esta Liga convocará, de espaço a espaço, os católicos de ação e lhes proporcionará conferências instrutivas sobre os direitos dos cidadãos, sobre o ensino da Igreja em matéria de voto e de interesses políticos, constituirá uma caixa para despesas com a qualificação eleitoral, e nas eleições seguirá, sem restrições, a orientação que lhes der a Autoridade Diocesana.

Não terá nenhuma ligação partidária; reservará o direito de votar ou de se abster, conforme as qualidades dos candidatos oficiais, e só reconhecerá como chefe e orientador o Prelado Diocesano...⁷¹

Instado pelas decisões acordadas durante as Conferências das Províncias Eclesiásticas do Sul do Brasil, realizadas em Nova Friburgo em janeiro de 1915, o bispo de Campinas reformulou o regulamento da Liga Eleitoral Católica em junho do mesmo ano. Ao justificar a legitimidade e a urgência de uma mobilização dos católicos no campo eleitoral, dom João Nery fez questão de destacar as vantagens de sua estratégia em relação à “concorrente”:

⁷⁰ GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja, op. cit., p. 57/58. Sobre o episódio consultar também SANTOS, Antônio Felício dos. *In memoriam: Felício dos Santos e o reconhecimento dos contemporâneos*. Rio de Janeiro: A União, 1932, p. 48.

⁷¹ NERY, João Baptista Corrêa. Sobre a ação do clero desta Diocese nos tempos atuais, apud LUSTOSA, Oscar de Figueiredo, op. cit., p. 16/17.

Uma organização é necessária. Mas qual deve ser essa organização?
Estamos em face de um novo problema, melindroso e de suma importância.
A solução, porém, é simples.

Não há um só caminho para se ir a Roma. A tática militar oferece mais de um plano para a conservação do mesmo fim. Não será o mesmo caso?

Católicos eminentes, apoiados no seu saber, no seu critério, na sua experiência, na consciência do meio em que exercem a sua atividade, entendem que o partido católico, franco, de bandeira desfraldada, é o caminho a seguir e é caminho viável.

Outros, mais receosos, não sentindo no ambiente em que vivem a mesma vibração de entusiasmo e julgando mais seguro ir aos poucos em marcha para o ideal das organizações políticas, preferem apenas oferecer aos católicos um meio de votar com segurança e de obter dos candidatos declarações tranquilizadoras e garantidoras de uma atitude que lhes mereça os sufrágios.⁷²

Na opinião de dom João Nery, os católicos deveriam caminhar “aos poucos” numa marcha que, embora lenta, lhes garantiria novas conquistas no “terreno político”. Sob a orientação do bispo diocesano, caberia a Liga Eleitoral orientar os fiéis para que não sufragassem “candidatos claramente contrários à Igreja e às suas instituições” ou “julgados indignos, por sua conduta moral ou incompetentes”, concentrando seus votos em nomes “reconhecidamente favoráveis á causa católica”. A aplicação de questionários aos candidatos a cargos do Executivo e Legislativo nas esferas municipal, estadual e federal permitiria aos diretores e membros do Conselho Consultivo da Liga avaliar os que deveriam ou não receber o voto dos católicos. Com um caráter suprapartidário, a Liga se absteria de apresentar “candidatos seus, a não ser em circunstâncias excepcionais”, podendo “entrar em acordo com qualquer partido ou agremiação política para o sufrágio de determinados candidatos”, quando isso fosse “necessário ou de grande vantagem para a causa católica”.

Legitimando o estabelecimento de alianças, o atendimento aos interesses da Igreja podia também justificar o voto católico em “candidatos indignos”. A proposta havia sido debatida pelos bispos das Províncias Eclesiásticas do Sul do Brasil durante as conferências de Nova Friburgo:

⁷² NERY, dom João. Ação Eleitoral Católica, apud LUSTOSA, Oscar de Figueiredo, op. cit., p. 91/92.

Não podemos negar que, em circunstâncias especiais, poderá ser lícito concorrer materialmente, com seu voto, para o triunfo de um candidato indigno, por exemplo: Se se apresentarem somente dois indignos, como um liberal e outro socialista; neste caso, quem sufraga o menos indigno, entende arredar o mais indigno e mais prejudicial à causa social; isto é, prefere, de dois males inevitáveis, o menor.

.....
Se alguém votar no indigno, porque é obrigado por medo grave; neste caso o mal que será causado pelo indigno é apenas possível, e ao eleitor o mal é iminente; tanto mais que, atendendo às circunstâncias, raramente dependerá de um só voto o triunfo indigno.⁷⁵

Reunidos sob a bandeira “Quem não está comigo, está contra mim”, os defensores do Partido Católico não concordavam com uma estratégia que, sob o manto da prudência, escondia a omissão ou a covardia de clérigos que se recusavam a combater os “inimigos” do catolicismo. Verbalizando sua oposição à Liga Eleitoral Católica, Carlos de Laet ocupou as páginas de *Vozes de Petrópolis* para defender o Centro Católico e seu projeto de criação de um partido:

Respeitando os escrúpulos de algumas pessoas veneráveis e merecedoras de todo apreço, os católicos que ora se agremiam não fazem questão de nome. A corporação que os dirige chama-se Centro Católico. E o que eles pretendem, já claramente o têm dito: é a formação de um eleitorado constituído de homens que, professando o catolicismo, exerçam o direito de voto de maneira a garantir, nos cargos eletivos, na representação nacional e, portanto, na direção política do país, a manutenção de princípios, normas e praxes consoantes aos ensinamentos da Igreja.

Principiaram os católicos otimamente e logo assinalando um dos graves males, o maior dos males de que padece a República. Forma de Governo essencialmente baseada no exercício do voto, ela (a República brasileira) não tem eleitorado! Basta dizer que, nesta imensa metrópole, alistados somente há uns vinte mil eleitores! Nominais, entenda-se, porque a mór parte deles não possui os seus títulos, que param em mãos de cabalistas e forçadores de atas falsas. Ainda quando nada mais façam os católicos do que obter a cessação de tão flagrantes abusos, já muito haverão feito em prol da democracia que se diz dominante em nossa terra.

.....
Não se contesta, antes é justiça lembrar, que no parlamento havemos tido propugnadores, que não se pejam de confessar-se católicos: mas não menos certo é que sempre o fazem receosos de perder a sua influência junto ao eleitorado, ou (por falar verdade) junto dos maiorais que lhes ampam as candidaturas. É preciso dar ao catolicismo uma força

⁷⁵ Extrato das Constituições Eclesiásticas do Sul do Brasil, apud LUSTOSA, Oscar de Figueiredo, op. cit., p. 97/98.

política própria, apoiada em eleitorado seu. Desde que assim seja, não mais teremos de apresentar-nos como eternos postulantes da boa vontade dos poderosos. Seremos também um poder, desde que legitimamente os são as maiorias em país democrático. Outro erro muito espalhado é que para os católicos será um desar, ou talvez opróbio, a derrota nos primeiros certames eleitorais. Falsíssimo conceito. Como as vitórias políticas, em nosso país, ordinariamente são o fruto de intrigas, conchavos, humilhações e baixeiras, elas já se acham asseguradas antes do dia das eleições. O pleito é uma ficção, uma ridícula fantasmagoria. Daí a ideia totalmente errônea de que uma intriga é preferível a uma verdadeira luta eleitoral! Dignamente, porém, uma derrota nas urnas nada tem que infame ao vencido. É natural que nos primeiros recontros os católicos, apenas organizados, sejam vencidos. Repitam o tentame (...).

O que precede não quer dizer que, em dadas circunstâncias, e respeitado o patrimônio dos santos e intangíveis ideais, não possam os católicos aliar-se a outros elementos que lealmente os coadjuvem. O que lhes intimo, qual o último e o mais desautorizado de seus correligionários, é que não desanimem pelo óbices das primeiras investidas; não se entibiem na falsa convicção de estarmos no melhor dos mundos possíveis; e antes, valorosa, abnegada, porfiosamente prossigam no seu santo e patriótico tentame.⁷⁴

O cotejo dos textos de Carlos de Laet e de dom João Nery nos permite identificar quão diferentes eram os “caminhos” pelos quais a Liga e o Centro Católico pretendiam promover a recristianização do Estado. Enquanto a Liga, “julgando mais seguro ir aos poucos em marcha para o ideal das organizações políticas”, propunha “apenas oferecer aos católicos um meio de votar com segurança” o Centro, recusando “a ideia totalmente errônea de que uma intriga é preferível a uma verdadeira luta eleitoral”, defendia um combate “franco, de bandeira desfraldada”, aos “inimigos” do catolicismo. Sem nenhuma ilusão quanto à possibilidade de obter algum sucesso em seus primeiros embates eleitorais, dado o caráter fraudulento do processo,⁷⁵ Carlos de Laet percebia a fundação do Partido Católico como o primeiro momento de uma dura e longa peleja em que o estabelecimento de alianças deveria necessariamente respeitar o “patrimônio dos santos e intangíveis ideais”, enquanto dom João Nery, como dom Sebastião Leme e os bispos das Províncias Eclesiásticas do Sul do Brasil, defendiam uma estratégia mais prudente que, evitando o confronto direto com “adversários”, admitia a op-

⁷⁴ LAET, Carlos de. O Partido Católico. *Vozes de Petrópolis*, janeiro a junho de 1915, p. 12 a 15.

⁷⁵ Propugnada pelo Centro Católico, a moralização do processo eleitoral brasileiro já era prevista no programa do Partido Regenerador. Ver LUSTOSA, Oscar de Figueiredo, op. cit., p. 54 a 79.

ção pelo “mal menor”: o apoio ao candidato “menos indigno” em detrimento ao “mais indigno e mais prejudicial à causa social”.

Segundo Laurita Raja Gabaglia, os conflitos com os defensores do Partido Católico e com o cardeal Arcoverde abalaram a saúde de Sebastião Leme que, em “princípios de 1914, teve de retirar-se para São Paulo, onde estava sua mãe”. Uma vez recuperado, Sebastião Leme aguardava ser chamado a reassumir suas funções no Rio de Janeiro quando, através de uma carta, o cardeal Arcoverde anunciou-lhe “enfim, o desejo da separação”: o bispo-auxiliar seria transferido para a recém-criada diocese de Santos. A biógrafa de dom Sebastião Leme não chega a revelar os motivos determinantes para que a solução encontrada pelo cardeal Arcoverde tenha sido descartada. Em 1914, Sebastião Leme não apenas reassumiu suas funções de bispo-auxiliar no Rio de Janeiro, mas, em decorrência do falecimento de monsenhor Amorim, teve seus poderes ampliados assumindo também o vicariato-geral da diocese, cargo que lhe permitiria “exercer ação mais direta e contínua e, portanto, mais eficaz, sobre os padres”. Em 1916, no entanto, os adversários do bispo-auxiliar lograram vê-lo afastado da arquidiocese do Rio de Janeiro: com a morte de dom Luís de Brito, o cardeal Arcoverde conseguiu viabilizar a nomeação de Sebastião Leme como arcebispo de Olinda.⁷⁶

A “vitória” dos “murmuradores” seria, no entanto, provisória. Diante do “agravamento do estado de saúde” do cardeal Arcoverde, o papa Bento XV, em fevereiro de 1921, nomeou dom Sebastião Leme como arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro. Segundo Laurita Raja Gabaglia, sem querer voltar “àquele ambiente de rivalidades e incompreensões” que havia deixado em 1916, dom Sebastião Leme recusou o cargo, ao mesmo tempo em que “seus antigos opositores no Rio, ao saberem da projetada nomeação”, saíram “a campo para impedi-la”. Contra todas as objeções, imperou a “vontade” de Bento XV: em março de 1921, Sebastião Leme foi nomeado arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro, com o direito de suceder o cardeal Arcoverde como arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro.⁷⁷

A nomeação de Sebastião Leme ocorreu no momento em que, liderado por Pedro Sinzig, o Centro da Boa Imprensa se preparava para dar um novo passo na luta pela recristianização do estado brasileiro com a publicação de um diário católico na capital. Na queda de braço que se seguiu, Pedro Sinzig e seus correligionários foram vencidos por dom Sebastião Leme que, ao

⁷⁶ GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja, op. cit; p. 60.

⁷⁷ Ibidem, p. 127/128.

mesmo tempo em que desmantelava o Centro da Boa Imprensa, investia na criação de instituições mais diretamente subordinadas à sua autoridade: o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*.

O êxito de dom Sebastião Leme em estabelecer uma nova aliança com o estado, durante o governo Vargas, lançou um véu sobre a ação dos grupos que, liderados por Pedro Sinzig, promoveram verdadeira “guerra” contra os “inimigos do catolicismo” nas duas primeiras décadas do século XX. Pretendemos, com o presente artigo, contribuir para a compreensão desse momento em que, a partir da luta entre diferentes projetos de recristianização, redefiniram-se os rumos da Igreja Católica no Brasil.

Referências bibliográficas

Fontes

- Abusos e males da imprensa*. Niterói: Escola Typographia Salesiana, 1905.
- DESCHAND, Desidério. *A situação atual da religião no Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.
- LIMA, Mario de. *O bom combate: subsídios para a história de 20 anos de Ação Católica em Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.
- SANTOS, Antônio Felício dos. *In memoriam: Felício dos Santos e o reconhecimento dos contemporâneos*. Rio de Janeiro: A União, 1932.
- SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1911.
- _____. *Em plena guerra: cenas da actualidade*. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1912.
- _____. *Reminiscências dum frade*. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1925.
- Vozes de Petrópolis*. Petrópolis: Vozes de Petrópolis – 1907 a 1921.

Interpretações sobre o período

- ALMEIDA, Claudio Aguiar. A Igreja Católica e o cinema: *Vozes de Petrópolis, A Tela e o jornal A União* entre 1907 e 1921. In: CAPELATO; MORETTIN; NAPOLITANO; SALIBA (org.). *História e cinema*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 309 a 325.
- _____. O “romance contemporâneo” na recristianização do estado brasileiro: *Não desanimar!* de Pedro Sinzig. *Topoi*, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 16, n. 30, janeiro a junho de 2015, p. 55-77.
- ANDRADES, Marcelo Ferreira de (coord.). *Editora Vozes: 100 anos de história*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- DALTON, Margaret Stieg. *Catholicism, popular culture, and the arts in Germany: 1880/1933*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.
- GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *O cardeal Leme*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

- GOMES, Edgar da Silva Gomes. *O catolicismo nas tramas do poder: a estadualização diocesana na Primeira República (1889/1930)*. Tese de doutoramento em História PUC, São Paulo, 2012.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Igreja e política no Brasil: do Partido Católico à L.E.C. (1874/1945)*. São Paulo: Loyola/Cepehib, 1985.
- MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1916/1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MENEZES, frei Alano Porto de. *Furtado de Menezes, servidor do pobre*. Uberaba: Editora Vitória, 1994.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A revolta da chibata e seu centenário*. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/1.perseu5.nascimento.chibata.pdf>.
- OLIVEIRA, C. J. Pinto de. *Information et propagande: responsabilités chrétiennes*. Paris: Editions du Cerf, 1968.
- ROVAN, Joseph. *Le catholicisme politique en Allemagne*. Paris: Éditions du Seuil, 1956.
- RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- RÖWER, frei Basílio. *O convento Santo Antônio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Recebido: 27/07/2015 – Aprovado: 28/04/2016